



ACTA N.º 2/2013

Aos 27 de Fevereiro de 2013, na sede da Ordem dos Advogados de Angola, sita em Luanda, na Rua Ho Chi Min, Edifício da Direcção Nacional de Estatística, pelas 15H00, realizou-se a segunda reunião ordinária do Conselho Provincial de Luanda (CPL).

A reunião, presidida pela Dra. Mariza Sequeira, na qualidade de Presidente deste Conselho, contou com a presença dos seguintes membros:

- Dr. Aldemiro Morais;
- Dr.ª Dejanine Sousa Santos;
- Dr. António Joaquim;
- Dr. Luís Martinho Lunga;
- Dr.ª Helena Prata;
- Dr. Flaviano Mafiló.

Ausências:

- Dr.ª Idalette de Sousa (justificada) ;
- Dr. Gracione Paulo (justificada);
- Dr.ª Anabela da Silva Bengue (injustificada);
- Dr. Evaristo Maneco (justificada);
- Dra. Leniza Sampaio(justificada).

A reunião teve a seguinte proposta de ordem de trabalhos:

1. Aprovação da acta da reunião anterior;
2. Avaliação do grau de execução das deliberações tomadas na última reunião;
3. Análise e deliberação de participações disciplinares;
4. Deliberação sobre processos disciplinares e de inquéritos instaurados pelo CPL;
5. Reavaliação do programa de consultas gratuitas denominado "Direitos para Todos".
6. Realização da próxima cerimónia de entrega de cédulas.
7. Diversos.

Aberta a reunião e submetida a proposta de ordem de trabalhos, foi a mesma aprovada sem qualquer alteração.

Passando imediatamente para a discussão dos pontos insertos na ordem de trabalhos, há a registar o seguinte, bem como as deliberações que adiante se indicam:

1. Aqui, uma vez que, no momento da reunião, a última acta não estava disponível, ficou deliberado a sua aprovação por via electrónica.
2. Este ponto não foi apreciado em virtude de não se ter a acta da reunião anterior disponível no momento.
3. Neste ponto, passou-se em revista as várias deliberações sobre processos disciplinares tomadas na reunião anterior, com destaque para o processo mandado instaurar contra o Dr. Miguel Ângelo, cujo instrutor é o Dr. Martinho Lunga que, segundo explicações por este dadas, por não ter sido informado sobre o resultado dos demais actos, nada mais fez. Tendo nessa sessão tomado então conhecimento dos estado do processo, o conselho deliberou no sentido de se avançar com o relatório final e consequente proposta de medida disciplinar, sendo certo que deverá fazê-lo no prazo de 3 (três) dias, submetendo-o de seguida, via e-mail, para os membros presentes na reunião, para efeitos de deliberação.

No concernente ao processo de inquérito instaurado ao Dr. Mário Freud, em virtude da ausência justificada da Dra. Leniza Sampaio, Relatora do processo, o Conselho nada deliberou, remetendo a avaliação do assunto para uma próxima oportunidade.

Com respeito as participações disciplinares há registar:

Participação contra o Dr. Samuel Seliya, subscrita pelo cidadão Damião Costa, de que foi indicado relator o Dr. Martinho Lunga, nada foi deliberado, porquanto o mesmo alegou não ter recebido o e-mail com a informação, comprometendo-se, entretanto a confirmar a informação para posteriormente proceder ao relato e submetê-lo aos membros, via e-mail, para deliberação.

Quanto à participação feita contra a Dra. Laura Silva, subscrita pelo Sr. Manuel Pedro Umbelina, em face da insuficiência de elementos de prova apresentados pela ilustre colega, deliberou-se

no sentido de instar a colega para remeter as peças processuais que façam prova da sua intervenção no processo em nome do participante, cabendo a execução dessa deliberação à Dra. Dejanine Santos.

Ainda na senda das participações contra a Dra Laura Silva, neste caso, feita pelo Sr. Romão Mendes, porque a ilustre colega no pronunciamento que lhe foi solicitado não fez menção ao número do processo, bem como pelo facto de os dados que fornecidos se mostrarem insuficientes para se tomar uma posição, deliberou-se abrir um inquérito no qual se deverá ouvir o participante, sobretudo, para informar sobre os actos praticados pela ilustre colega, assim como fornecer o número dos processos nos quais a ilustre colega alega que interveio, bem como solicitar-se um pronunciamento ao ilustre colega Dr. António Penelas, uma vez que, à data dos factos, dirigia o seu estágio, tendo o conselho indigitado o Dr. Gracione Paulo para a concretização das diligências referidas.

Relativamente à participação contra o Dr. Tiago Ribeiro, depois de analisado o segundo pronunciamento apresentado por este, o Conselho entendeu subsistirem as dúvidas que motivaram a solicitação do segundo pronunciamento, razão por que ficou deliberado notificar-se o participante no sentido de esclarecer o que ainda continua inperceptível, tarefa que deverá ser executada pelo respectivo relator, Dr. Flaviano Mafiló.

Quanto ao processo para cujo relato foi indicada a Dra. Idalette de Sousa, em que figuram como participante a Sra. Amélia Jorge Martins Gonçalves e participado o Dr. Carlos Diogo, nada foi avançado pelo facto da ilustre colega não se ter feito presente à reunião, sendo que foi deliberado no sentido de produzir o relatório com a respectiva proposta de diligência e submetê-lo aos membros do Conselho via e-mail para deliberação.

4. Relativamente a este ponto não foi deliberado nada por insuficiência de quorum, pois as medidas propostas aos advogados visados exigem, nos termos dos estatutos, maioria qualificada.

5. Na análise deste ponto, face à fraca participação dos cidadãos nos últimos dois programas que tiveram lugar nos municípios de Viana e Cacuaco, deliberou-se no sentido de serem realizadas mais duas actividades sendo uma na zona do bairro Palanca e outra no Instituto Médio de Economia de Luanda (IMEL).

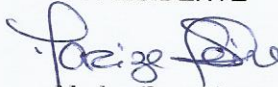
Nesta senda o Conselho deliberou ainda levar ao Conselho Nacional a perspectiva de realização de consultas jurídicas gratuitas nas unidades penitenciárias.

6. Sobre este ponto ficou deliberado agendar-se a referida actividade para a 2.^a quinzena de Abril, sendo que foi recomendado a todos os membros que enviem ideias e sugestões sobre o formato que deverá ter a próxima cerimónia de entrega de cédulas.

7. Quando a esse ponto a Presidente do CPL informou os presentes que já foram notificados para a devolução das respectivas cédulas sessenta e dois advogados estagiários, sendo certo que até à presente data apenas dez procederam em conformidade. Em face disso e depois dos comentários feitos pelos presentes, ficou deliberado no sentido de se avançar para a apreensão judicial das cédulas dos cidadãos visados, deliberação que deverá ser comunicado ao Sr. Bastonário, para efeitos legais, já que cabe a este representar a OAA em juízo.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada quando eram 18H20, tendo sido lavrada a presente acta que, após aprovação, vai assinada pela Presidente.

A PRESIDENTE



Mariza Sequeira